

20 SET 1997
Crônica - Brasil

Dois equívocos correntes

ESTADO DE SÃO PAULO

ANÁLISES DA ECONOMIA BRASILEIRA ESCAPAM À DINÂMICA QUE VEM SENDO INTRODUZIDA PELOS NOVOS INVESTIMENTOS

J. R. MENDONÇA DE BARROS
 e LÍDIA GOLDENSTEIN

Após muita relutância e discussão, existe hoje uma aceitação generalizada que está em curso uma nova onda de investimentos, inclusive externos.

Entretanto, para muitos, essa nova onda de investimentos não garantirá a retomada do equilíbrio comercial externo, dado que os investimentos seriam muito concentrados na produção de bens non-tradables e de bens destinados ao mercado interno. Em outras palavras, os novos investimentos não gerariam exportações suficientes para compensar o nível de importações resultante não só da necessidade de se importar bens de capital como de alta proporção de componentes importados embutida nesses novos projetos.

A primeira crítica, de que os atuais investimentos estariam concentrados em bens non-tradables, está formulada, entre outros, no trabalho de Mariano Laplane e Fernando Sarti. *O investimento direto estrangeiro no Brasil nos anos 90: determinantes e estratégias*, uma cuidadosa tentativa de compreensão dos atuais investimentos externos no Brasil. Segundo os autores, "o setor de serviços (que, pela metodologia do Banco Central, inclui os investimentos em portfólio), que era responsável por apenas 23% do estoque de investimento total em 1989, praticamente dobra esta participação em 1995: 42,5%. Além da contribuição dos investimentos em portfólio, o avanço do processo de privatização de serviços de utilidade pública — energia elétrica, telecomunicações, transportes, entre outros — deverá atrair novos e crescentes fluxos de capitais estrangeiros nesse setor de atividades".

O problema é que, ao utilizar os

dados na forma como são divulgados pelo Banco Central, incorrem em um erro de avaliação, pois os investimentos em portfólio, absolutamente irrelevantes para discussão em pauta, representam 26,4% do estoque de investimentos e reinvestimentos diretos estrangeiros no Brasil. Excluindo-se os investimentos em portfólio, a participação do setor de serviços no total não só não é crescente no período analisado, como chega a cair de 23% para 21,9%.

Isso não significa que a tendência não seja de crescimento dos investimentos no setor de serviços. Sem dúvida teremos elevações significativas nos investimentos em serviços de telefonia, energia, portos, etc. Entretanto, ao contrário do que concluem os autores, se nossas exportações forem intensivas em serviços de infraestrutura (o que evidentemente é o caso), investimentos nestas áreas poderão produzir efeitos positivos no fluxo comercial.

A segunda crítica, de que os atuais investimentos visariam apenas o mercado interno e, portanto, também não resultariam em melhora na nossa balança comercial, também apresenta alguns problemas.

Antes de mais nada é preciso eliminar uma confusão conceitual, sobre o que é tradable, o que é non-tradable e o que é "bem produzido apenas para o mercado interno". A demanda doméstica não define o que é tradable ou não. Os atuais investimentos estão se dirigindo em sua maior parte para o setor de tradables (bens de consumo duráveis como automóveis e alimentos) ou para a produção de insumos, que servem tanto para tradables como para non-tradables. Se esses bens serão consumidos apenas no mercado interno ou serão exportados é um outro problema, que depende de vários fatores, tais como nível de de-



manda interna, tamanho da capacidade ociosa, políticas comerciais, políticas de financiamento de exportações.

Mas, obviamente, a grande atratividade para a vinda de novos investimentos é o tamanho do mercado interno (aliás, fomos os primeiros a notar esse movimento, em 1995, quando se dizia que não havia investimentos e o que estava ocorrendo era desindustrialização). Mas investimentos que aumentem a produção e a competitividade interna resultam em maior poder de competição com as importações e, conseqüentemente, produzirão o mesmo efeito na balança comercial que um aumento de exportações. Além disso, nada impede que, mesmo tendo o mercado interno como objetivo fundamental, os novos investimentos considerem o Mercosul um mercado atrativo e, eventualmente, dependendo do setor, de suas características tecnológicas e especificidades, considerem até mesmo outros mercados como opção.

Os dados apresentados para justificar a conclusão de que a estratégia das empresas estrangeiras é de privilegiar o atendimento ao mercado interno exclusivamente são dados referentes aos anos 1994/96, quando a demanda interna explodiu graças ao Plano Real e os novos investimentos ainda estavam sendo decididos e/ou não tinham ainda maturado. Portanto, dada uma capacidade produtiva, não temos dúvidas que a opção é o

mercado interno com conseqüente baixo desempenho exportador. A análise se modifica diante de um quadro de expansão da capacidade produtiva. A procura por novos mercados deixa de ser um trade-off e se impõe.

Terceira crítica resulta da idéia de que os altos níveis de outsourcing, introduzidos nos setores da economia após o processo de abertura, consolidaram-se, estabelecendo um nível rígido de importações associada à taxa de crescimento.

Esquece-se, aqui, que a atividade da economia só vem aumentando, tornando interessantes investimentos em áreas novas e/ou velhas áreas que haviam sido destruídas com o impacto inicial da abertura. O outsourcing não é uma opção rígida, muito pelo contrário. A "ideologia" do outsourcing, exceto quando existe algum contrato tecnológico, é a da procura do fornecedor que garanta o mix de preço/qualidade ideal. Se ele não existia aqui, mas passa a existir, o quadro muda. E, não em todos, porém em muitos setores, perceberemos que os novos investimentos podem e devem resultar na alteração do atual quadro, à medida que introduzem novos fornecedores no País com capacidade competitiva em termos do referido mix de preço/qualidade, necessário para competir com importações.

As análises baseadas no desempenho passado e presente da economia brasileira escapam à dinâmica que vem sendo introduzida pelos novos investimentos, cujos resultados não aparecem de imediato. A possibilidade concreta de adensar-se o valor adicionado e intensificar o atual processo de reintegração produtiva que já vem ocorrendo não nos parece wishful thinking de quem, por dever de ofício, tem de ter uma visão obrigatoriamente otimista.

■ José Roberto Mendonça de Barros é presidente do BNDES
 Lídia Goldenstein é assessora da presidência do BNDES